



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Conferência de Abertura

SESSÃO DE DISCUSSÃO COM A PLATÉIA PRESENTE

Pergunta:

Eder Bonfim Rodrigues, estudante de Direito da PUC, 8^o período, manhã.

- Há possibilidade de aumento do valor da bolsa família, até o final do Governo Lula? Qual seria a situação do programa de renda mínima, após a lei que o instituiu (este programa tem inspiração do senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo)? A participação da iniciativa privada tem sido considerável, haja vista uma enorme carga tributária que assola as empresas brasileiras.

Ministro Patrus Ananias:

Primeiro, no caso do Eder, já estive com ele aí. Foi meu aluno e, por sinal, muito bom aluno. As perguntas mostram isso, no nível de interesse e inteligência. O aumento do Bolsa Família, é claro que nós gostaríamos de aumentar. Agora, a pobreza no Brasil é muito grande. Atender à base toda, assim... Quando nós temos parcerias, e estamos buscando parcerias com os governos estaduais e municipais que tenham programas de renda e cidadania, ou de transferência de renda, isso possibilita que tenhamos uma base maior. Pode aumentar o valor. Quer dizer, os R\$ 74,00 são o valor médio. Estive recentemente no Rio de Janeiro, fazendo parcerias lá. Acertamos com a governadora, com o prefeito César Maia; nós vamos entrar com R\$ 75,00, o governo do Estado com R\$ 15,00 e a prefeitura com R\$ 10,00. Então teríamos um bolsa família no Rio de Janeiro, em média, de R\$ 100,00. Desse modo, a possibilidade de ampliar fica também vinculada a essas adesões de governos estaduais e municipais. Eu gosto muito, Eder e demais pessoas, eu tenho muito respeito pelo senador Suplicy. Pela sua seriedade. Ele, quando tem uma idéia, é determinado. Eu digo isso pra ele com muita franqueza. Eu tenho conversado com ele, é uma pessoa muito delicada nas suas relações. Mas eu não estou convencido do programa de renda de cidadania para todos como o Senador Suplicy propõe. A proposta dele de renda de cidadania é para todo mundo. Ele diz

expressamente: vai receber o Antônio Hermírio de Moraes, o Dr. Norberto Odebrecht, vai receber o Pelé, vai receber a Xuxa, vai receber cada um de nós, ele fala, vai receber o ministro Patrus. Com isso elimina-se essa questão de cadastro, não sei o quê e tal... Não estou convencido disto, acho que temos no Brasil problemas graves. Acho que, se houver mais dinheiro, vamos colocar para quem precisa mais. Vamos exatamente aumentar o bolsa família. Vamos investir em outros programas, geração de trabalho e renda, vamos estimular o desenvolvimento regional. Porque a concepção do senador Suplicy é, com todo o carinho que tenho por ele, é um pouco utópica. É como se o Brasil fosse um país certinho. Ele fala assim: aquilo que nós pagamos a mais pra quem não precisa, voltará em forma de imposto. Como se no Brasil, as pessoas todas, isso não só no Brasil, mas no mundo todo, sabemos que, muita gente aí vai receber e, na hora do imposto, não declare com tanta transparência como devia. Mas, em linhas gerais, defendo hoje no Brasil o Bolsa Família, acho que é uma necessidade, é importante, tem que ser consolidado, ampliado, universalizado mas acho que devemos cuidar daquelas pessoas que precisam, dos mais empobrecidos, dos mais carentes. Considero também, Eder, que tem sido boa e pode crescer cada vez mais a participação das empresas. Em parcerias. Daí nós temos, como eu disse aqui, uma Secretaria voltada para as parcerias. Temos tido boas respostas de empresas, de fundações, empresas públicas, empresas privadas; não vou entrar aqui na questão da carga tributária, que foge um pouco à minha área. É importante levarmos em conta que o Brasil tem um potencial enorme, o que nos salva é que o Brasil é muito grande e muito rico. Concretamente. Mas chegamos a uma situação social no Brasil muito delicada. Então é aquele negócio, o cobertor é curto. Se puxa, descobre os pés. Concretamente me lembro de um dado que venho passando para reflexão das pessoas: Em 1970, quando estávamos no auge da ditadura e ganhamos uma copa do mundo, havia aquela música dos 90 milhões em ação. Já naquela época, o Brasil tinha uma dívida social alta. Uma dívida de quem nunca estabeleceu uma função social da propriedade; nós abolimos a escravidão, mas nunca tivemos nenhum cuidado para integrar nos direitos, na nacionalidade e na cidadania nossos irmãos negros. Em 1970, eu lembro estávamos na luta contra as injustiças no Brasil. Trinta e quatro anos depois, nós somos 180 milhões, aproximadamente. Dobramos, em trinta e poucos anos. Não preparamos a casa, a mesa e a cama para acolher estas pessoas. O mais grave, segundo os estudiosos, nós tivemos aí duas décadas, os anos 80 e 90 em que o País

praticamente não cresceu. Ou cresceu muito aquém do que seria razoável, do ponto de vista destas novas necessidades. Estou dizendo isso porque não é uma coisa fácil, por exemplo, mesmo com uma carga tributária alta, reconhecendo que é alta, o governo não vem dando conta de fazer frente a tantos desafios. Situação das estradas, energia elétrica, questão social. É um tema delicado. Mas tenho tido uma receptividade e uma boa interlocução com as empresas. Espero que cresça cada vez mais.

* * *

Pergunta:

Cássio de Souza

- Prezado Sr. Ministro Patrus Ananias, sou surdo e gostaria que Vossa Excelência encaminhasse um pedido ao presidente Lula, gostaria que os canais de TV disponibilizassem uma legenda quando o presidente for proferir discurso”. Já agradece antecipadamente.

Ministro Patrus Ananias:

A questão do Cássio eu vou levar com muito carinho para a assessoria do Presidente. Pelo que entendi, é colocar no canal de televisão os sinais que possibilitem que as pessoas surdas possam acompanhar. É isto mesmo?

* * *

Pergunta:

Alexandre, do SENAI.

- Gostaria de saber se o Ministério poderia fazer um programa específico para pessoas com deficiência na aprendizagem social.

Ministro Patrus Ananias:

É um desafio importante. Teria que ser uma ação integrada. Nosso Ministério pode participar, mas isso me parece uma atuação mais especificamente ligada à área do Ministério da Educação. Não temos recursos pedagógicos nesse nível. Agora, a possibilidade de uma parceria de ações integradas entre nosso Ministério com o

Ministério da Educação, ou até envolver outros como a Saúde, a Cultura, penso que é um desafio instigante que podemos levar. É um assunto que vai ser pautado por nós.

* * *

Pergunta:

Prof^a. Sheila Lima, da UNI-BH.

- “Prezado ministro Patrus, o que tem sido feito pelo governo federal para assegurar a participação da sociedade civil nos projetos sociais. Como a comunicação social pode contribuir para a implantação de políticas públicas?”

Ministro Patrus Ananias:

A participação na sociedade civil, o desejo de estimular esta participação, envolver as pessoas, de criar espaços cooperativos, de solidariedade, de parceria, é exatamente o que nos levou a criar essa Secretaria que mencionei. A Secretaria de Articulação Institucional e parcerias. Estamos buscando esta interação cada vez maior. Agora, eu acho também, com toda sinceridade, as pessoas podem buscar um pouco seu lugar e seu espaço. Há sempre alguma coisa que pode ser feita. Há poucos dias encontrei aqui em Belo Horizonte uma pessoa muito minha amiga, que respeito muito, e ela me dizia: Vocês têm que dizer onde podemos fazer alguma coisa. Tem que estabelecer o espaço do voluntariado. É claro que temos que estar atentos a isso. Também as pessoas têm que ver, olhar ao redor de si e falar: o que eu posso fazer aqui? e começar a dar também sua contribuição. Isso não nos tira a responsabilidade de buscarmos esses espaços, espaços conjuntos, essa ação integrada: governo, sociedade, Estado, sociedade, pessoas... Agora, eu acho que tem essa questão, em que eu coloco muita lealdade: as pessoas têm que ver um pouco o que a Universidade pode fazer hoje? Eu acho a questão social no Brasil, tão séria e tão vergonhosa para nós, considerando o País que nós temos, as possibilidades... eu acho que cada um de nós tem que se levantar de manhã cedo olhar no espelho e perguntar-se: qual vai ser minha contribuição neste processo. O que vou fazer hoje de bom? Alguma coisa a gente pode fazer. É claro, sem prejuízo de exercer a cidadania, de buscar parcerias, de participar de associações, de movimentos, etc. Concordo também com a importância fundamental das comunicações nas políticas públicas. Acho, por exemplo, em nosso governo e estou colocando com muita lealdade,

com franqueza, talvez esteja faltando um pouco mais de comunicação. Até para mostrar onde as pessoas podem colaborar, podem atuar. Tenho consciência de que estamos muito longe daquilo que queremos e vamos fazer. Mas estamos fazendo muita coisa, na área social. Não só o Estado, não só o nosso governo, também há experiências importantes nos governos estaduais, nas prefeituras, por parte da sociedade, da Igreja, das Igrejas pastorais, movimentos sociais que precisam ser mais divulgados. Eu coloco uma questão: A mídia está nos devendo um pouco, não está? Nós, que lutamos tanto na ditadura, contra a ditadura, pela liberdade de imprensa, liberdade de comunicação... É preciso discutir hoje esta relação mídia – meios de comunicação com poder econômico. Muitos órgãos de comunicação tornaram-se grandes e poderosas empresas. Concretamente: - ninguém vai discutir que a imprensa tem que denunciar as coisas ruins. Existe violência? Tem que denunciar. Existe corrupção? Tem que denunciar. Tem que informar às pessoas. Não há nenhuma dúvida quanto a isso. Só aparecem as coisas ruins? Eu costumo dizer: Se uma pessoa passar a vida inteira fazendo o bem: bom pai, boa mãe de família, cuida dos filhos, ajuda os vizinhos, participa de movimentos comunitários, tem uma presença importante na comunidade, na Igreja, no bairro, etc. Essa pessoa passa a vida inteira e não vira notícia. Agora, se essa pessoa fizer uma besteirinha, vira notícia. Então acho que devemos celebrar, divulgar um pouco mais as coisas boas. Até para que essas redes do bem, o que na linguagem cristã chamamos de “economia do bem” possam circular também com mais liberdade acolhendo mais os sinais, etc.

* * *

Pergunta:

Alcina de Brito, ex-aluna da PUC Minas

- “Sou de Salinas, norte de Minas, e lá o programa Fome Zero não está sendo bem gerido. Primeiro, porque o cadastro já existente no governo FHC não contemplava as famílias mais carentes, uma vez que essas famílias não tinham a informação correta para a busca do benefício. E segundo, porque está sendo usado de maneira desonesta pelas autoridades do município. Qual a análise geral dos outros municípios que tem chegado ao Ministério?”

Ministro Patrus Ananias:

O cadastro tem problemas, mas está avançando. Sou daqueles que acham o seguinte: só não erra quem não faz. Fazer, a gente tem que ir aperfeiçoando sempre. E há aquele ditado, um poema de um espanhol: caminhante, não há caminho, o caminho se faz no caminhar. Aí o nosso caboclo do interior de Minas traduziu assim: é no andar da carroça que as abóboras vão se acertando. Então tem que começar a andar, tem que ir se acertando. Temos o cadastro hoje, com o controle dele... Um cadastro mais ou menos unificado e limpo em torno de 80%. Temos problemas ainda nos 20%. Estamos aperfeiçoando. Por exemplo, antes a Caixa Econômica Federal não disponibilizava os cadastros. Ela operava os cadastros desses programas, de renda e cidadania, especialmente o Bolsa Família, como se fosse conta bancária. Então agora já está disponibilizado na Internet. Mais do que isso: estamos discutindo, com as prefeituras, outras formas de divulgar para que as pessoas possam também ajudar a controlar, fiscalizar, denunciar fraudes, distorções, etc. Quando foi lançado, por exemplo, o cartão alimentação, já no governo Lula, no ano passado, a opção que se fez foi buscar uma participação maior da sociedade. Um controle maior da sociedade, através dos comitês gestores. Quando o governo, eu não era ministro ainda, decidiu unificar os programas do Bolsa Família, para potencializar, atender um número maior de famílias, a opção que se fez foi de buscar uma parceria com as prefeituras, efetivamente, pois o cadastro do bolsa família é feito pelas prefeituras. Porque entendemos também que as prefeituras existem. Há quem diga que as prefeituras têm corrupção, têm desvio de recursos. Mas temos que lutar contra isso. Este ano é um ano de eleições municipais. Vamos politizar as eleições municipais. Vamos discutir o papel que a prefeitura pode ter também. Inclusive na questão do desenvolvimento local, regional. Há instrumentos de fiscalização, o ministério público, os tribunais de contas, controladorias, o poder judiciário, a polícia federal... As prefeituras existem e fazem parte do pacto federativo. O governo de Brasília, sozinho, não pode chegar na ponta. A prefeitura tem o espaço dela, garantido na Constituição. Além da questão do pacto federativo, a prefeitura dispõe de recursos. Os prefeitos são pagos com o dinheiro público, os vereadores, então eles têm que cumprir funções públicas. Se há distorções, vamos enfrentar e resolver. Estamos buscando o equilíbrio. O equilíbrio legal. As prefeituras fazem os cadastros, mas estamos recuperando de novo os comitês gestores, que vamos chamar: Comitês do Fome Zero, que vão ter um papel também de

acompanhamento. Vão monitorar, fiscalizar, exercer o que chamamos de controle social, denunciar distorções. Vai haver aí uma interação, uma interlocução, podendo os comitês do Fome Zero cumprir até mesmo um papel contraditório de contraponto às listas da prefeitura e ,com isso ,acho que teremos cada vez mais cadastros mais limpos, mais éticos, mais transparentes. Mas é um programa importante, Alcina, com o qual estamos batalhando.

* * *

Pergunta:

Bernadete e Edilene, da Clínica do APPI.

- “Qual o olhar do governo perante as instituições particulares, com fins lucrativos, que prestam serviço aos portadores de necessidades especiais, Programa PPD? Há uma discussão sobre esse programa ser operacionalizado apenas por entidades filantrópicas? Como ficariam essas instituições?”.

Ministro Patrus Ananias:

Recebi há poucos dias, em Brasília, uma pessoa exatamente para tratar disso. Recebi lá, em discussão, um pessoal aqui de Belo Horizonte. É uma entidade que trabalha com portadores, presta um grande serviço, mas não possui o certificado de filantropia. Então nós temos um assunto delicado porque, na verdade, até pedimos uma assessoria jurídica para olhar isso, estamos processando juridicamente para depois ver como processar politicamente também. Mas, concretamente, o Tribunal de Contas baixou uma instrução normativa, uma decisão. O Tribunal de Contas não dá sentença, não tem decisão judicial, mas uma ordem, uma decisão proibindo qualquer repasse de recurso público, na área social, para entidades que não tenham o reconhecimento de filantropia, que não sejam entidades filantrópicas. Então essa questão das entidades que prestam serviço são entidades sérias, mas tem, digamos assim, uma margem de lucro, ainda que formal, ou que trabalham com essa possibilidade, daí esse entrave jurídico. Hoje e nós estamos processando tudo isso no Ministério e não temos ainda uma posição fechada.

* * *

Pergunta:

Fernanda Vilela, do 9º Período de Psicologia da PUC.

- Como andam os decretos e leis a favor de pessoas com deficiência?

Ministro Patrus Ananias:

Decretos e leis voltadas para os portadores de deficiência, pessoas com necessidades especiais: de imediato, não tenho conhecimento, porque estou afastado da Câmara, não é? Quando estava como deputado federal, desde janeiro, eu fazia parte da Comissão de Constituição e Justiça, acompanhando todos os projetos que passavam, etc. Desse ponto de vista legal, especificamente, além das leis com que estamos trabalhando, a Constituição, o Estatuto do Idoso, a Lei Orgânica de Assistência Social, a LOAS, vimos trabalhando a idéia de uma legislação específica, de segurança alimentar e nutricional. Está me ocorrendo aqui a possibilidade de termos uma legislação consolidada, uma espécie de estatuto para as pessoas com necessidades especiais, em todos os níveis. Não tenho conhecimento se já existe este projeto, ou alguma iniciativa neste sentido. Queria até saber depois, me informar. Acho um bom desafio, este de trabalhar uma legislação que consolide, que pegue tudo que está disperso, desde a Constituição, passando pela LOAS, passando por outras leis de caráter social, protecionista, uma legislação que unifique, como fizemos com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o próprio Estatuto do Idoso, mas especificamente o que está acontecendo em termos de leis, decretos e projetos, não tenho em mãos mas vamos examinar isso.

* * *

Pergunta:

Victor Luciano, do grupo cultural Arautos do Gueto

- Quais os outros projetos que o Ministério tem ou pensa para a juventude brasileira que está em situação de risco social? E como está atuando o Agente Jovem e qual o número de jovens beneficiados.

Ministro Patrus Ananias:

Não temos recursos, nosso Ministério não tem uma ação histórica, com exceção do agente jovem que você menciona, não tenho dados. Atendemos 55 mil jovens no Brasil,

hoje. Entre 15 e 17 anos. Então, além do agente jovem, queremos reavaliar mais numa linha de consolidar e ampliar junto com o PETI e o SENTINELA; estamos pautando para nós e querendo parcerias, e essa conversa está começando a partir das Universidades, mas queremos envolver outros atores. Eu tive uma reunião com a CNBB em Brasília. Estamos pautando como um desafio para todos nós a questão da juventude. Naquela linha que já expus, um desafio que se coloca hoje para a sociedade brasileira como um todo. Dentro disso que a pergunta traz, quero dizer, há uma guerra hoje e estamos perdendo uma parte expressiva dos nossos jovens, dos nossos meninos, o que é inaceitável. Do ponto de vista ético e do ponto de vista de projeto de nação, do ponto de estratégia nacional. Em alguns lugares está havendo uma quebra da população masculina jovem, como se o Brasil estivesse vivendo um quadro de guerra, e isto é inaceitável.

* * *

Pergunta:

Luciana Catalão, estudante de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais

- Prezado Ministro, sou deficiente visual. Gostaria que o senhor comentasse um pouco sobre políticas públicas referentes à inclusão do deficiente no mercado de trabalho.

Ministro Patrus Ananias:

Vou ficar atento essa questão específica para ver. Temos, como eu disse, inclusive em nossos chamados serviços de ação continuada, parcerias com pessoas que atendem pessoas portadoras, parcerias com governos estaduais, municipais, entidades. Temos políticas de atendimento às pessoas que demandam cuidados e necessidades especiais, mas não saberia dizer de imediato que políticas específicas para os portadores de deficiência visual: fico de dar uma olhar isto e as alternativas. Esteve conosco hoje aqui o vereador Arnaldo Godoy, que é uma referência nesta luta, também.

* * *

Pergunta:

Mônica Bertoldo, de Ipatinga

- Senhor Ministro, acredito que, se tivéssemos o programa Desemprego Zero, teríamos a solução para muitos males do País, inclusive os advindos da Fome Zero, como a falta de dignidade e de ética, estimulando a mentira e a preguiça. Um exemplo: tinha um empregada com 8 membros na família que deixou o emprego, pois tem a bolsa escola. Observação: ninguém mais trabalha na família. O que o senhor diz de situações como esta?

Ministro Patrus Ananias:

A questão brava, a questão da Mônica, que perguntou firme; é claro que o objetivo maior é o trabalho. Estou convencido de que o trabalho é um bem, é um valor em si. Temos que lutar um pouco contra este preconceito, esta herança de que o trabalho é uma coisa indigna, dos escravos, dos negros, dos pobres. Tenho dito que, mesmo se vivêssemos, por hipótese, numa sociedade perfeita ou numa sociedade muito razoável, numa sociedade onde os direitos básicos das pessoas estivessem assegurados, direitos e deveres, porque um corresponde ao outro... mas uma sociedade em que, por hipótese, todos tivessem seus direitos garantidos: comida, moradia, acesso aos bens da cultura, lazer, educação, cuidados preventivos e curativos com a saúde, higiene, etc. Ainda aí o trabalho seria necessário. O trabalho não deve ser associado ao salário, por isso é importante associar trabalho a emprego. O trabalho é uma coisa boa em si. É pelo trabalho que nos disciplinamos, damos nossa contribuição ao bem comum; é pelo trabalho que crescemos, nos relacionamos, numa linguagem de fé, como diria o nosso saudoso Dom Helder Câmara; é pelo trabalho que nos tornamos sócios, parceiros de Deus na construção do mundo e na redenção do homem. Então o trabalho tem uma função educativa, pedagógica, realizadora; o trabalho em sua dimensão mais ampla, trabalho manual, intelectual e em todas as suas dimensões. Então é claro que o que nós queremos mesmo, na linha do desenvolvimento, é abrir frentes, possibilidades de trabalho, de emprego, geração de renda; não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Agora, há um quadro econômico real, herdamos este Brasil de hoje, com estas dificuldades todas, uma dívida pública enorme, um país fragilizado, do ponto de vista econômico, uma economia globalizada também difícil e confusa, Não é fácil operar neste quadro, com esta dívida social que mencionamos aqui; então lhe pergunto, com muito carinho também, Mônica: Enquanto não vem o desenvolvimento econômico, estamos buscando, porque é a grande prioridade do nosso governo e da sociedade brasileira,

constituindo tarefa também dos governadores, prefeitos, iniciativa privada, sociedade. Mas enquanto este país não sai destes 20 anos em que viveu encalacrado, as chamadas décadas perdidas, como vamos fazer? Vamos deixar as pessoas morrerem de fome? Não vamos cuidar das nossas crianças? Dos nossos jovens, nossos idosos? Das pessoas que precisam de cuidados e que tenham necessidades especiais?

A educação fundamental, os cuidados com a saúde, vacinas, pré-natal, acompanhamento médico, há uma contrapartida aí que a podemos inclusive discutir, ampliar, no sentido de ser um benefício que exija também da pessoa, da família, certos procedimentos que apontem uma linha mais emancipatória à frente. Estamos preocupados em garantir a porta de saída, Mônica. É claro que ninguém quer que as pessoas, o Lula tem dito isso muito, passem a vida inteira com o bolsa família. Queremos é que as pessoas passem a ser sujeitos de sua vida, que as pessoas possam ter seu sustento, seu trabalho. E enquanto não se consegue essa virada fundamental? A gente fica com este desafio. Particularmente acho isso. Até para que as pessoas possam trabalhar, elas precisam de um atendimento básico. Um ser humano desnutrido, com fome, a criança que nasce de uma mãe desnutrida, também não vai ser uma pessoa operosa. Também não vai Ter todas as condições de trabalho. Quer dizer, até que a pessoa trabalhe, os cuidados básicos são necessários. Eu me lembro muito de uma frase de Santo Tomás de Aquino: As práticas das virtudes cristãs pressupõem o atendimento das necessidades materiais básicas. Traduzindo, o sertanejo mineiro diria rápido: de barriga vazia ninguém reza. Ou: de barriga vazia ninguém pode ser bom cidadão, bom pai, boa mãe, bom empresário, bom trabalhador, boa pessoa. E para mim, a condição material primeira, o degrau primeiro da cidadania, é a comida. É o que o povo ensina para a gente na roça: - saco vazio não para em pé. Então temos que garantir a comida até para quem possa discutir outras questões, mais à frente. E fica este desafio também para nós. Concretamente, não é só o Brasil... Outros países fizeram isso com êxito. Um dos maiores, senão o maior presidente dos Estados Unidos, e um dos maiores estadistas do mundo em todos os tempos, o presidente Franklin Roosevelt, quando assumiu seu país, eles estavam quebrados, com muita gente passando fome, na esteira da crise de 1929, da quebradeira geral, quebradeira de empresas, desemprego. O presidente Roosevelt não teve nenhuma dúvida: é para dar comida, salvar as pessoas, depois vamos pensar em atividades econômicas, de emprego, etc. Mas numa situação emergencial, não dá, aí encerrando:

não dá para você chegar perto de uma pessoa com fome e falar: vamos esperar o Brasil voltar a crescer e você vai ter um emprego. Aí você vai poder ter uma vida boa com sua família. Enquanto não chega esse tempo, temos que cuidar de nossos pobres. E fazer com que as pessoas façam essa travessia difícil, que é nos ajudarem inclusive a construir a questão econômica. E digo mais ainda: - a questão social é possibilitada do desenvolvimento econômico. No Brasil colocamos muito isso. A famosa imagem: fazer crescer o bolo, para depois distribuí-lo. Essa dissociação desenvolvimento econômico, desenvolvimento social. Estou começando a pensar outra coisa: o desenvolvimento social pode puxar o desenvolvimento econômico. Um programa como o Bolsa Família – por isso vamos ter lá um bom sistema de controle e de gestão da informação, de monitoramento, e quero saber também: até quando um programa como o Bolsa Família não estimula a economia local, regional? Não aumenta a procura de bens de serviços, de alimentos, de roupas de calçados. Até que ponto uma pessoa teria uma renda mínima de cidadania, não possibilita conseqüências importantes no próprio mercado, no desenvolvimento econômico, além de que, também, não há desenvolvimento econômico hoje, sobretudo no campo tecnológico, científico, sem que as pessoas tenham qualificação mínima, educação, etc. E aí voltamos de novo o giro: uma criança, para aprender, tem que estar com a barriguinha cheia. Colocar uma criança na escola, só na escola, mas se não sair de casa com a comidinha e não tiver uma merendinha, ela não vai aprender também não.

* * *